

N. 15

Período: 13 a 17 abr. 2026



Portaria n. 323/DGA.SGP, de 8 de abril de 2026

Transforma 1 (uma) Função Comissionada de Auxiliar Administrativo IV, FC-04, vaga n. 1097, 1 (uma) Função Comissionada de Auxiliar Administrativo III, FC-03, vaga n. 1292, em 3 (três) Funções Comissionadas de Auxiliar Administrativo II, FC-02.

Ato n. 15/GP, de 10 de abril de 2026

Altera a composição do Grupo de Trabalho para Enfrentamento da Litigância Predatória ou Abusiva, instituído pelo Ato n. 28/GP, de 24 de abril de 2025, para substituição de integrante, na forma que especifica.

Edital n. 2/CR, de 13 de abril de 2026

Comunica a abertura de inscrições de Varas do Trabalho para o 3º Ciclo de Mentoria 2026 do programa "Recuperação de Vara do Trabalho Mentoria".

Ato n. 16/GP, de 15 de abril de 2026

Regulamenta os requisitos mínimos e estabelece critérios objetivos para a designação de funções comissionadas (FC) de chefia e para a nomeação de cargos em comissão (CJ) de gestão, no âmbito da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 20/DGA, de 15 de abril de 2026

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Edital n. 27, de 2026. Convocação em segunda chamada para o curso de formação de agente de polícia judicial - TJAÉ, especialidade agente de polícia judicial

Convoca, em segunda chamada, em razão da desistência expressa do candidato Carlos Henrique Maciel Alvarenga, o primeiro próximo melhor classificado da lista geral, considerando-se a lista final de habilitação, habilitado nas Provas Objetivas e na Prova Prática de Capacidade Física, para frequentar o Curso de Formação previsto no item 13 do Edital n. 1, de 11 de abril de 2025, de abertura de inscrições. Concurso público.

Órgãos de Interesse

STF

Instrução Normativa n. 332/STF, de 13 de abril de 2026

Regulamenta a concessão de adicional de qualificação no Supremo Tribunal Federal.

Poder Legislativo

[Lei n. 15.386, de 10 de abril de 2026](#)

Altera a Lei n. 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para instituir a Semana Nacional do Esporte.

[Lei n. 15.391, de 15 de abril de 2026](#)

Dispõe sobre medidas excepcionais destinadas ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública aplicáveis às parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Poder Executivo

[Decreto n. 12.926, de 13 de abril de 2026](#)

Altera o Decreto n. 12.174, de 11 de setembro de 2024, que dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e o Decreto n. 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

[Decreto n. 12.936, de 16 de abril de 2026](#)

Promulga a Convenção n. 102 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à Norma Mínima sobre Previdência Social, firmada em Genebra, em 28 de junho de 1952.

[Decreto n. 12.939, de 16 de abril de 2026](#)

Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, o funcionamento das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos e a eliminação de documentos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal.

Ministério da Previdência Social

[Resolução n. 1.370/CNPS.MPS, de 10 de abril de 2026](#)

Apoio à manutenção do sistema de pagamento dos benefícios operacionalizados pelos INSS, por meio de instituições financeiras que mantenham vínculo contratual com a Autarquia.

Ministério da Fazenda

[Instrução Normativa n. 2.321/RFB, de 6 de abril de 2026](#)

Altera a Instrução Normativa n. 2.110/RFB, de 17 de outubro de 2022, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

[Instrução Normativa n. 147/SEGES.MGI, de 13 de abril de 2026](#)

Dispõe sobre o benefício de reembolso-creche à trabalhadora ou ao trabalhador alocado em contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra previsto no art. 3º, inciso III, do Decreto n. 12.174, de 11 de setembro de 2024, e disciplina a mensuração, execução e fiscalização de benefícios semelhantes previstos em normas coletivas.

[Instrução Normativa n. 148/SEGES.MGI, de 13 de abril de 2026](#)

Altera a Instrução Normativa n. 190/SEGES.MGI, de 5 de dezembro de 2024, para incluir novos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra aptos à aplicação da redução de jornada de 44 horas para 40 horas semanais, de que trata o art. 4º, parágrafo único, do Decreto n. 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

CSJT

[Ato n. 31/CSJT.GP.SG.SGPES, de 10 de abril de 2026](#)

Prorroga o prazo de duração do Grupo de Trabalho multidisciplinar e representativo para promover a realização de estudos sobre a regulamentação da equalização da assistência à saúde suplementar entre magistrados e servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

[Ato n. 33/CSJT.GP.SG.SEJUR, de 10 de abril de 2026](#)

Define os integrantes do Grupo de Trabalho para a implementação de ajustes normativos no âmbito da Justiça do Trabalho, decorrentes da publicação da Resolução Conjunta CNJ e CNMP, a fim de dar fiel cumprimento ao decidido pelo Supremo Tribunal Federal quanto ao regime remuneratório da magistratura, instituído pelo Ato n. 27/CSJT.GP.SG.SEJUR, de 31 de março de 2026.

[Ato n. 35/CSJT.GP, de 14 de abril de 2026](#)

Dispõe sobre a constituição do Conselho Consultivo do Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, no âmbito da Justiça do Trabalho.

CNJ

[Portaria n. 146/CNJ, de 6 de abril de 2026](#)

Institui o regulamento do Prêmio Auditoria de Geração de Valor – Edição 2026.

[Resolução n. 676/CNJ, de 14 de abril de 2026](#)

Altera a Resolução n. 296/CNJ, de 19 de setembro de 2019, que cria e revoga Comissões Permanentes no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, bem como a Resolução n. 582/CNJ, de 20 de setembro de 2024, que institui o Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e o Formulário de Registro de Ocorrência Geral de Emergência e Risco Iminente às Pessoas LGBTQIA+.

Conselho Federal de Técnicos Agrícolas

[Resolução n. 71/CFTA, de 25 de março de 2026](#)

Disciplina o procedimento de extensão de atribuições profissionais por modalidade no âmbito do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas e dá outras providências.

Conselho Federal de Administração

[Instrução Normativa n. 15/CFA, de 9 de abril de 2026](#)

Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para atividades nos campos da Administração, especificamente para os tipos de ART de cargo ou função e de serviços.

Conselho Federal de Fonoaudiologia

[Resolução n. 821/CFFa, de 11 de abril de 2026](#)

Dispõe sobre as diretrizes para a atuação do fonoaudiólogo no Processamento Auditivo Central - PAC.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Rua da Consolação, 1272 – 5º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,
Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal